



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**253<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 06 de abril de 2017**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 252ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** UNINOVE – São Paulo/SP

**Data:** 06/04/2017

1 Aos seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete teve início a 253ª Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr. Fábio Moassab  
3 Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes  
4 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério  
5 do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça,  
6 Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheiro Titular  
7 Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
8 Agrário/MDSA; Conselheira Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do  
9 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Clodoaldo José  
10 Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Titular Célia  
11 Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da  
12 Assistência Social - FONSEAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira, Representante do  
13 Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro Titular Carlos Nambu,  
14 Representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho,  
15 Representante da Capemisa Instituto de Ação Social; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro,  
16 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI;  
17 Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de  
18 Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos  
19 Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do Fórum  
20 Nacional dos Usuário de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Luziana  
21 Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia  
22 Ocupacional - COFITO; Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues, Representante do Fórum

23 Nacional da População de Rua; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da  
24 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas -  
25 FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de  
26 Psicologia - CFP; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira, Representante do Conselho Federal da  
27 Ordem dos Advogados do Brasil/DF; Conselheira Titular Márcia Cristina Leal Góes, Representante  
28 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira Suplente Silvia  
29 Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Suplente Maira Leiliane  
30 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência  
31 Social – FONSEAS; Conselheira Titular Mariana de Sousa Machado Neris, Representante do  
32 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente Elisa Maciel  
33 Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheiro Suplente Maurício José Silva  
34 Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheira  
35 Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil –  
36 RESE TRANS/SE; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho, Representante do Ministério  
37 do Desenvolvimento Social e Agrário/MDSA; Conselheira Suplente Nayara Frutuoso Furtado,  
38 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/MDSA; Conselheira Suplente  
39 Thereza de Lamare Franco Netto, Representante do Ministério da Saúde. **ABERTURA:** O Sr.  
40 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a  
41 reunião cumprimentando e solicitou a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-  
42 Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do quórum. Realizada a verificação, a  
43 Vice-Presidente Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Representante do Fórum Nacional  
44 dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, realizou sua saudação a todos e Presidente  
45 Fábio Moassab Bruni elencou que a pauta é composta pelos seguintes itens: I) Aprovação da Ata  
46 252ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 253ª Reunião Ordinária do CNAS; II) Informes da  
47 Presidência, Secretária-Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; III)  
48 Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; IV) Reunião com os  
49 especialistas/colaboradores da 11ª Conferência Nacional; V) Relato da Reunião Extraordinária  
50 Conjunta da Comissão de Política e Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
51 Social. Colocou para apreciação dos Conselheiros a Ata da 252ª Reunião Ordinária do CNAS e a  
52 pauta da 253ª Reunião Ordinária do CNAS, sugerindo que o relato da Reunião Extraordinária  
53 Conjunta das Comissões seja realizado após os informes. Não havendo nenhuma manifestação

54 contrária, a Ata e a pauta foram aprovadas. Prosseguindo para aos informes da Presidência e  
55 Secretaria-Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho informou que foram  
56 justificadas as seguintes ausências: Conselheiro Felipe Sartore, nessa reunião ordinária, devido a  
57 compromissos institucionais; Conselheira Laís Maranhão, nessa reunião ordinária, devido a  
58 compromissos institucionais; Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias, nessa reunião ordinária, por  
59 estar participando do Encontro Regional do CONGEMAS Região Centro-Oeste, em Campo  
60 Grande, representando o CNAS; Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Conselheira Maria Amélia  
61 e o Conselheiro Benedito Oliveira. Convocações e Participações: Os Conselheiros Nacionais  
62 Titulares e Suplentes foram convocados para Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS,  
63 realizada nos dias 04 e 05 de abril e para 253ª Reunião Ordinária do CNAS, no dia 06 de abril, em  
64 São Paulo; o Conselheiro Leovane Gregório foi convocado e participou da 154ª Reunião da  
65 Comissão Intergestores Tripartite – CIT realizada nos dias 21 e 22 de março em Brasília; o  
66 Conselheiro Samuel Rodrigues e as Conselheiras Rosângela Santos, Elisa Maciel, Tathiane Araújo,  
67 Maria José e Carmen Lúcia Fogaça foram convocadas para participar do 1º Encontro dos Usuários  
68 do SUAS, nos dias 18 e 19 de abril, em Brasília; os Conselheiros integrantes da Comissão de  
69 Políticas e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foram convocados  
70 para a Reunião Extraordinária Conjunta realizada no dia 04 de abril, em São Paulo; o Conselheiro  
71 Leovane Gregório foi convocado para participar da 155ª da CIT no dia 12 de abril, em Brasília; o  
72 Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias foi convocado para representar o CNAS em Encontro  
73 Regional do CONGEMAS Região Centro-Oeste nos dias 06 e 07 de abril, em Campo Grande/MT; a  
74 Conselheira Solange Teixeira foi convocada para representar o CNAS no Encontro Regional do  
75 CONGEMAS Região Nordeste nos dias 18 e 19 de abril, em João Pessoa/PB; As Conselheiras  
76 Norma Suely Carvalho, Márcia Cristina Leal, Vice-Presidente Rosângela Santos e o Presidente  
77 Fábio Moassab Bruni representaram o CNAS no Seminário Pan-Amazônico de Proteção Social  
78 realizado em Belém/PA, nos dias 27 a 31 de março. *E-mail* enviados aos Conselheiros: informe  
79 para o CNAS apresentado na 252ª Reunião Ordinária; manifesto em defesa do BPC aprovado no dia  
80 08 de março, durante a 252ª Reunião Ordinária do CNAS; programação da Reunião Descentralizada  
81 e Ampliada do CNAS; InfoSUAS de 24 de março de 2017 – Encontro Internacional de Debate de  
82 Proteção Social das Famílias da Amazônia; *link* da publicação “Grandes Obras na Amazônia:  
83 Aprendizado e Diretrizes” encaminhado pela Conselheira Elisa Maciel para conhecimento; pauta de  
84 reuniões do CNAS publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2017, Seção I,

85 página 43: pauta da Reunião Extraordinária Conjunta das Comissões de Políticas e de  
86 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, pauta da Reunião Ampliada e Descentralizada  
87 do CNAS em São Paulo/SP, pauta da 253ª Reunião Ordinária do CNAS; Ata e Degravação da 252ª  
88 Reunião Ordinária do CNAS; Informe CNAS nº 02 – Orientações Temáticas e Organizativas para  
89 as Conferências Municipais de Assistência Social de 2017, que tem como objetivo orientar  
90 municípios, Estados e o Distrito Federal visando à reflexão e o debate do tema na Conferência  
91 “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”; Informe CNAS nº 03 – Distribuição dos  
92 delegados da esfera municipal, estadual e do Distrito Federal para 11ª Conferência de Assistência  
93 Social e sua logomarca. Resolução, Decreto e Portaria: Resolução CNAS nº 02 de 16 de março de  
94 2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 17/03/2017, Seção I, página 48, que aprova as  
95 prioridades e as metas para os Estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento  
96 do SUAS para o quadriênio de 2016/2019; Portaria nº 130 de 27 de março de 2017, publicada no  
97 Diário Oficial da União no dia 28/03/2017, Seção I, página 86, que dispõe sobre a transferência  
98 voluntária de recursos oriundo de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria na  
99 modalidade fundo a fundo no âmbito do SUAS. CNAS informa: falecimento do Ex-Secretário  
100 Nacional de Assistência Social, Sr. Osvaldo Russo; manifesto em defesa do BPC; segunda-feira  
101 abre inscrição para a Reunião Descentralizada do CNAS; programação da Reunião Descentralizada  
102 e Ampliada do CNAS é divulgada. Datas comemorativas: 14 de abril – Paixão de Cristo; 16 de abril  
103 – Páscoa; 21 de abril – Tiradentes e Aniversário de Brasília. Conselheiros aniversariantes do mês:  
104 dia 26 – Josielton Cruz. O Presidente Fábio Moassab Bruni parabenizou o Conselheiro e registrou  
105 que foi criada a sessão das datas comemorativas para lembrar as datas que estão relacionadas com  
106 a política e os movimentos da Assistência Social. Lembrou que no dia 21 de março é comemorado o  
107 Dia Internacional de Síndrome de Down e no dia 02 de abril é comemorado o Dia Mundial de  
108 Conscientização do Autismo, sendo importante constar nessa relação. Não havendo nenhum  
109 informe do MDSA, a Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério do  
110 Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, informou que a SENARC deu início no processo de  
111 averiguação e revisão cadastral dos cadastros em que foram detectadas inconsistências nos  
112 batimentos com outras bases do Governo Federal e que, foi publicado o Bolsa Família Informa, que  
113 explica detalhadamente esse processo. Arrazoou que o benefício dos beneficiários, cujos cadastros  
114 não sejam atualizados de acordo com o cronograma, serão cancelados. Prosseguindo para o informe  
115 do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional

116 dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, comunicou que no dia 21 de março  
117 foi realizada a reunião do FONSEAS, em que houve um debate sobre a revisão do seu estatuto e  
118 aprovação, por unanimidade, do seu Regimento Interno. Discorreu que foi aprovada a programação  
119 do 3º Encontro Nacional do FONSEAS, visto que existe a previsão de realização nos dias 09 e 10  
120 de maio de 2017, em Brasília, com tema “Protagonismo dos Estados em Defesa da Assistência  
121 Social no Brasil: O Pacto de Aprimoramento como Instrumento de Fortalecimento do SUAS”.  
122 Complementou que foi criada uma Comissão Organizadora, que se reunirá no dia 11 de abril de  
123 2017, em Brasília, para elaborar os encaminhamentos necessários para realização desse evento. A  
124 Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de  
125 Estado da Assistência Social – FONSEAS, acrescentou que foi criada uma Câmara de Assessoria  
126 Técnica Permanente na reunião do FONSEAS. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes,  
127 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, notificou que o  
128 CONGEMAS, no dia 05 de abril, iniciou os Encontros Regionais e que a última agenda ficou  
129 fechada da seguinte forma: dia 05, 06 e 07 de abril – Encontro Regional do Centro-Oeste, em  
130 Campo Grande/MT; dia 18 de abril – Encontro Regional do Nordeste, em João Pessoa/PB; dia 27 e  
131 28 de abril – Encontro Regional do Sudeste, em Caxambu/MG; dia 11 e 12 de maio – Encontro  
132 Regional do Sul, em Bento Gonçalves/RS; dia 18 e 19 de maio – Encontro Regional do Norte, em  
133 Rio Branco/AC. Ponderou que o CONGEMAS participará do 4º Encontro da Frente Nacional de  
134 Prefeitos que acontecerá em Brasília, dentre os dias 24 e 28 de abril, sendo que coordenará a  
135 temática referente ao enfrentamento das desigualdades sociais. Articulou que conseguiram efetivar  
136 o convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, para que possam realizar o  
137 Encontro Nacional do CONGEMAS e que, celebraram uma agenda com o Itaú Social, para apoio  
138 desse encontro. O Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia  
139 – CFP, informou que na reunião da CIT foi avaliado sobre o Programa Primeira Infância no SUAS,  
140 destacando sobre o conteúdo dos cursos que estão sendo ministrados e a dificuldade da capacitação.  
141 Postulou que foi debatido sobre o ACESSUAS Trabalho, Centro Dia para atendimento das famílias  
142 com crianças com microcefalia e foi definido o calendário de reuniões ordinárias da CIT e relatou  
143 que a SENARC informou sobre o processo do Cadastro Único. Antes de seguir para os informes  
144 dos Conselheiros, o Presidente Fábio Moassab Bruni apresentou as novas Conselheiras: Sra.  
145 Thereza de Lamare Franco Netto, Representante do Ministério da Saúde e a Sra. Nayara Frutuoso  
146 Furtado, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/MDSA. As novas

147 Conselheiras se apresentaram e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão,  
148 Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFITO, salientou que  
149 no dia 15 de março de 2017 foram comemorados os 100 anos da profissão de terapia ocupacional  
150 no mundo e convidou a todos para participar do lançamento do selo do Correios comemorativo da  
151 terapia ocupacional, no dia 19 de abril de 2017, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. A Vice-  
152 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos notificou que está participando das reuniões do  
153 Conselho Estadual de Assistência Social do Pará, sendo que o mesmo está muito avançado em  
154 relação à revisão da Lei de Assistência Social. Explanou que já foi aprovado o Plano Estadual, que  
155 traz um viés com diversas políticas, especialmente com a segurança alimentar e a saúde e arrazoou  
156 que realizaram uma capacitação com os Conselheiros e os técnicos da Assistência Social em relação  
157 ao processo da Conferência Estadual. Destacou que, nos dias 18 e 19 de abril, em Brasília, será  
158 realizado o Encontro Nacional dos Usuários do SUAS. A Conselheira Clátia Regina Vieira,  
159 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e  
160 Filantrópicas – FENATIBREF, discorreu que, no dia 20 de abril, será realizada uma discussão sobre  
161 a previdência e sobre a reforma trabalhista pelo 1º CRAS do Rio de Janeiro e que, será realizada  
162 uma plenária pelos trabalhadores e usuários da Assistência do Rio de Janeiro, para discutir  
163 prioritariamente a questão do BPC. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da  
164 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, comunicou que participou,  
165 no dia 21 de março, da reunião do Grupo de Trabalho sobre Assessoramento, em Curitiba, visto que  
166 a próxima reunião será realizada nos dias 02 e 03 de maio em Recife e a apresentação do produto  
167 será realizado no dia 30 de maio, em Brasília. Ponderou que, no dia 23 de março, participou de uma  
168 grande manifestação de rua, em Canoas/RS e confirmou que fará parte da mesa da Audiência  
169 Pública sobre a Reforma da Previdência e o BPC, no dia 17 de abril, no Senado. O Presidente Fábio  
170 Moassab Bruni lembrou que no encaminhamento da última reunião plenária foram consensuadas  
171 uma série de providências em relação à defesa do BPC, uma vez que, ao término da reunião, foram  
172 enviados ofícios para todos os integrantes da Comissão da Reforma da Previdência e foi solicitado  
173 audiências com todos os líderes partidários e com o relator da PEC na Câmara. Informou que  
174 conseguiram uma audiência com a liderança do PHS e com o relator da PEC, visto que na audiência  
175 com o relator também participaram o CONADE e o CNDI. Ilustrou que o relator mostrou bastante  
176 sensibilizado com a questão e solicitou que seja fornecido, sempre que possível, dados e estatísticas.  
177 Prosseguindo para os informes da SNAS, a Mariana de Sousa Machado Neris, Representante

178 Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, notificou que a prorrogação  
179 do prazo de preenchimento e confirmação da participação dos usuários no SISC encerrou no dia 31  
180 de março e que, o Departamento de Proteção Social Básica iniciou, no mês de março, as atividades  
181 de apoio técnico, in loco, aos Estados, para subsidiar a implantação das ações do SUAS no  
182 Programa Criança Feliz. Reiterou a importância da divulgação, pelo CNAS, do Caderno de  
183 Orientações Técnicas para o Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho –  
184 ACESSUAS Trabalho, que será disponibilizado por *e-mail* e elucidou sobre a realização do  
185 Encontro Pan-Amazônico. Articulou que a nova portaria do GDSUAS alterará a Portaria MDS nº  
186 07/2012, que sustará o repasse o GDSUAS para adequar as mudanças com previsão de  
187 restabelecimento do repasse com o novo cálculo até junho, aplicando o efeito financeiro a partir do  
188 mês sustação do repasse. Relatou que a Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância  
189 Socioassistencial convidará, a partir de abril, municípios, Estados e o Distrito Federal para  
190 participarem da 1ª Amostra de Experiência em Vigilância Socioassistencial, que ocorrerá durante o  
191 10º Encontro Nacional de Vigilância Sociassistencial, que está previsto para ocorrer dos dias 24 a  
192 26 de maio de 2017. Acrescentou que a Coordenação de Planejamento e Vigilância promoverá  
193 oficina de capacitação, nos dias 24 a 28 de abril, para técnicos da gestão estadual que atuem na  
194 função de vigilância socioassistencial, em que serão abordados conceitos e técnicas fundamentais  
195 para elaboração de diagnósticos participativos, bem como o uso de sistemas de vigilância  
196 socioassistencial e de ferramentas de análise para dados na elaboração de diagnósticos  
197 socioterritoriais. Explanou que teve início, em março/2017, a pesquisa intitulada “Produção de  
198 Estratégias e Insumos Metodológicos e Instrumentais para Execução de Pesquisa de Satisfação de  
199 Usuários do SUAS”, que possui duração de 12 meses e objetivo de elaborar estratégias para  
200 construção de pesquisa de satisfação dos usuários dos CRAS no Brasil, incluindo a elaboração de  
201 instrumentais e metodologias para que os próprios os usuários possam realizar as suas pesquisas.  
202 Informou que Instrução Operacional nº 24 de 08 de março de 2017 detalha como as gestões  
203 municipais devem agir na inscrição de beneficiários requerentes e de suas famílias no Cadastro  
204 Único para concessão e manutenção do BPC. Complementou que ao longo do ano de 2017 devem  
205 ser incluídos os beneficiários idosos e as pessoas com deficiência em 2018. Arrazoou que a SNAS,  
206 por meio do Departamento de Proteção Social Especial, realizará oficinas sobre acolhimento  
207 familiar e guarda subsidiada, no mês de maio de 2017, em Brasília, com objetivo de promover um  
208 diálogo com especialistas, técnicos, gestores e Conselheiros, a fim de ampliar alternativas de



209 proteção a crianças e adolescentes afastados do convívio com a família de origem,  
210 preferencialmente em ambiente familiar, incluindo o aperfeiçoamento do serviço de acolhimento  
211 em família acolhedora e instituição da guarda subsidiada na família extensa, conforme preconiza o  
212 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 13.257/2016. Finalizando os seus informes,  
213 discorreu que a Secretaria divulgará, nos próximos dias, as orientações construídas em conjunto  
214 com a Secretaria Nacional de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde para atendimento de  
215 pessoas acometidas por tuberculose, no dia 24 de março de 2017, em que se comemorou o Dia  
216 Mundial de Combate a Tuberculose. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da  
217 Associação Mayle Sara Kali, informou que foi realizada uma audiência pública na Câmara dos  
218 Deputados provocada pela Comissão de Direitos Humanos, em que foi pautado sobre o BPC e que,  
219 a Associação Mayle Sara Kali está realizando um trabalho de litigância política na Câmara dos  
220 Deputados e no Senado, tentando diminuir o distanciamento do que é produzido e do que é enviado.  
221 A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes lembrou que as apresentações do Seminário Pan-  
222 Amazônico estão disponíveis no *site* do evento e a Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida  
223 registrou que o Conselho Municipal de Natal elaborou um manifesto que reforça a necessidade da  
224 continuação do BPC, conforme prevê a redação original da Constituição e se posiciona  
225 contrariamente em relação às alterações do benefício na PEC 287. A Conselheira Raquel de Fátima  
226 Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA,  
227 comunicou que a Comissão de Benefício e Transferência de Renda está discutindo sobre o benefício  
228 eventual e que, o Ministério propôs a se desdobrar para elaborar um novo termo de referência para  
229 realizar uma nova consultoria para elaborar as orientações técnicas. Seguindo para o relato da  
230 Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Política e Comissão de Financiamento e  
231 Orçamento da Assistência Social realizada no dia 04 de abril de 2017, o Conselheiro Carlos Nambu,  
232 Representante da Inspeção São João Bosco, elencou os Conselheiros e convidados presentes.  
233 Postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Programa Nacional de Promoção de  
234 Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho. Encaminhamentos: 01) Submeter à análise  
235 e aprovação do Pleno do CNAS a resolução que aprova o ajuste das metas de execução do  
236 Programa Nacional de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho para os  
237 municípios com saldo financeiro nos respectivos fundos de assistência social, conforme cópia  
238 anexa; 02) Enviar apresentação do Programa ACESSUAS Trabalho para os Conselheiros do CNAS.  
239 II) Expansão para a oferta de serviço de Proteção Especial para pessoa com deficiência, idosos e

240 suas famílias em Centro Dia. Encaminhamentos: 01) Submeter à análise e aprovação do Pleno do  
241 CNAS a resolução que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para expansão no  
242 cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência,  
243 idosos e suas famílias, conforme cópia anexa; 02) Que seja realizado monitoramento da  
244 implantação do referido serviço no âmbito da Comissão de Política e de Financiamento  
245 periodicamente a partir do aceite dos entes federados; 03) O CNAS recomenda que a SNAS oriente  
246 os Estados, para que havendo a possibilidade, permita-se a utilização do recurso estadual em  
247 despesas de capital; 04) Enviar apresentação para os Conselheiros do CNAS. A Conselheira Célia  
248 Maria de Souza Melo Lima realizou a leitura da Resolução que aprova o ajuste das metas de  
249 execução do ACESSUAS Trabalho para os municípios com saldo financeiro nos respectivos  
250 Fundos de Assistência Social e da Resolução que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para  
251 expansão no cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com  
252 deficiência, idosos e suas famílias. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho, Representante  
253 da Capemisa Instituto de Ação Social, questionou se poderia ser disponibilizado, para os  
254 Conselheiros, a tabela com os municípios com saldo em conta e o Presidente Fábio Moassab Bruni  
255 explanou que encaminharão essa relação por *e-mail*. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha,  
256 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, indagou como será a  
257 aplicação desse programa nos municípios que não possuem saldo em conta e o Conselheiro Alberto  
258 Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA,  
259 ilustrou que, por enquanto, estão preocupados em estimular os municípios em aplicar os recursos  
260 que estão em conta, não havendo recurso novo para aporte do programa. O Conselheiro Maurício  
261 José Silva Cunha compreendeu que o município que executou bem o programa poderá ser  
262 penalizado, pois a nova concepção do programa é muito interessante. A Conselheira Maira Leliane  
263 Oliveira Almeida explicou que a nova resolução tem o propósito de que os municípios, com saldo  
264 em conta, não tenham que devolver esse recurso. O Conselheiro Leovane Gregório compreendeu  
265 que, o prazo de execução do programa até 2018, não seria interessante, uma vez que os municípios  
266 podem novamente não o executar e sugeriu que o prazo seja em 2017. A Conselheira Raquel de  
267 Fátima Antunes Martins ponderou que o seu vôle está agendado para 12h40, solicitando permissão  
268 para deixar registrado o seu voto favorável às duas resoluções. A Conselheira Thereza de Lamare  
269 Franco Netto questionou se o CNAS possui uma avaliação sobre o ACESSUAS Trabalho, para que  
270 possam ter uma melhor condição para avaliar e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque

271 Maranhão indagou se poderiam inserir algum mecanismo de acompanhamento da execução desse  
272 programa. O Conselheiro Alberto Albino dos Santos elucidou que o prazo atual está estabelecido  
273 por uma resolução de 2014, sendo que o CNAS pode prorrogar esse prazo, caso entenda que seja  
274 necessário. Articulou que a Câmara Técnica está acompanhando o andamento das metas de todos os  
275 municípios e compreendeu que, uma mudança de prazo, seria muito temerário para que os Estados  
276 possam se reorganizar. A Conselheira Elisa Maciel Costa relatou que o Programa ACESSUAS  
277 Trabalho está muito bonito, visto que, pela primeira vez, conseguiram incluir uma atenção direta  
278 aos povos e comunidades tradicionais. Sugeriu distribuir o material fornecido antes da reunião  
279 conjunta sobre o ACESSUAS Trabalho para todos os Conselheiros. O Conselheiro Carlos Nambu  
280 concordou com o Conselheiro Leovane Gregório sobre a dificuldade de execução, entretanto, intuiu  
281 que seria complicado ampliar mais o prazo e esclareceu que o item que trata do monitoramento  
282 pode ser melhorado, mas o mesmo prevê o monitoramento a partir do termo de aceite. A Vice-  
283 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos questionou se a população de rua é contemplada  
284 dentro dessa nova repactuação, pois em Belém/PA existe um grande problema para inserir esse  
285 público no mercado de trabalho. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira, Representante do Colegiado  
286 Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, entendeu que essa repactuação deve ser  
287 implementada rapidamente, pois os municípios precisam muito desse recurso e a Conselheira Elisa  
288 Maciel Costa explanou que a população de rua está contemplada. O Conselheiro Leovane Gregório  
289 arrazouou que o programa não é novo e que, deveriam, talvez, inserir na resolução que a execução  
290 deve ser iniciada em 2017 e finalizada em 2018. O Conselheiro Alberto Albino dos Santos ilustrou  
291 que, com a nova reconfiguração do programa, os municípios terão mais segurança em aplicar os  
292 recursos, independentemente, das oportunidades encaminhadas. Não havendo mais manifestações, o  
293 Presidente Fábio Moassab Bruni colocou para apreciação dos Conselheiros a Resolução que aprova  
294 o ajuste das metas de execução do ACESSUAS Trabalho para os municípios com saldo financeiro  
295 nos respectivos Fundos de Assistência Social e não havendo nenhum posicionamento contrário, a  
296 resolução foi aprovada. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante Titular da  
297 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, sugeriu suprir na Resolução que aprova  
298 os critérios de partilha e elegibilidade para expansão no cofinanciamento federal do Serviço de  
299 Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, o termo  
300 “possivelmente” do quarto parágrafo dos considerandos e compreendeu que o cofinanciamento  
301 existente é muito cruel para os municípios e os serviços não acontecem. A Conselheira Márcia

302 Cristina Leal Góes destacou que essa resolução atende apenas os municípios de médio e grande  
303 porte e o Conselheiro Leovane Gregório ponderou que a resolução não trata claramente como o  
304 serviço será executado e qual será o custo, para que possam saber se os municípios poderão garantir  
305 em seu orçamento a possibilidade de financiar esse serviço. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
306 concordou com a sugestão de retirar o termo “possivelmente” e explanou que não existem  
307 condições de implantar equipamentos da Proteção Social Especial em todos os municípios, sendo  
308 que serão trabalhadas estratégias de regionalização e de acordo entre municípios. Sugeriu retirar o  
309 artigo que estabelece a garantia de transporte, entendendo que o mesmo faz parte do termo de  
310 aceite. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris inferiu que trazer a resolução para a  
311 Plenária sem a explicação adequada do motivo para que tema já chegasse com resolução causou  
312 prejuízos e explicou que a iniciativa do MDSA com o Ministério da Saúde em instituir orientações e  
313 estratégias de prevenção e erradicação do mosquito foram realizadas em 2016. Salientou que essa  
314 resolução atingirá apenas os 12 municípios com mais casos de microcefalia, pensando em uma  
315 forma de articular as outras políticas que já estão atendendo nos territórios e que, a ideia é que o  
316 Centro Dia atenda crianças com microcefalia de zero a seis anos. Com relação à oferta de serviços  
317 para os municípios de pequeno porte I e II, explanou que estão buscando contemplar uma ação  
318 integrada, incluído os serviços de saúde que estão presentes nesses municípios. A Conselheira Célia  
319 Maria de Souza Melo Lima sugeriu a seguinte redação para o Artigo 1º: “*Constitui público dessas*  
320 *unidades as crianças de zero a seis anos com microcefalia ou deficiência associadas e suas*  
321 *famílias.* ” E que no Parágrafo II do Artigo 2º, deveria ficar muito claro que se trata de uma  
322 excepcionalidade. A Conselheira Edna Aparecida Alegro ressaltou que lhe preocupa muito a  
323 retirada da garantia do transporte, pois muito não chegarão aos serviços e o Presidente Fábio  
324 Moassab Bruni esclareceu que essa resolução trata sobre a partilha do recurso, entendendo que o  
325 item ficaria melhor disposto no termo de aceite. O Conselheiro Carlos Nambu articulou que a  
326 Comissão de Financiamento e Orçamento tem a preocupação de onde saiu o orçamento, quanto  
327 custará o serviço e com a questão da contrapartida e afirmou que as Comissões optaram em manter  
328 o Artigo 6º diante a dificuldade dos municípios. O Presidente Fábio Moassab Bruni propôs realizar  
329 a votação sobre o critério de elegibilidade e partilha, definindo na sequência se o Artigo 6º é  
330 mantido ou retirado. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris esclareceu que o recurso,  
331 para partilhar, virá da Ação 2A65 do bloco de Proteção Social Especial da Média Complexidade. A  
332 Conselheira Clátia Regina Vieira questionou se os 50% de cofinanciamento do Estado está

333 garantida e a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris afirmou que a CIT pactuou com o  
334 FONSEAS que vai assegurar os 50% do cofinanciamento federal e que, cada Estado definirá, em  
335 suas CIBs, as formas de ofertas que serão realizadas. O Presidente Fábio Moassab Bruni colocou  
336 em apreciação dos Conselheiros a aprovação dos critérios de partilha e elegibilidade para expansão  
337 no cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência,  
338 idosos e suas famílias e não havendo nenhum posicionamento contrário, os critérios foram  
339 aprovados. Com relação ao Artigo 6º, a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho concordou  
340 com a explanação sobre as dificuldades de acesso dos espaços em função das características das  
341 mães de crianças com deficiência e sugeriu que inserisse, no artigo, a garantia do acesso aos  
342 serviços e não a garantia do transporte. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
343 afirmou que gostaria de manter o Artigo 6º, incluindo os acompanhantes e sugeriu que fosse  
344 incluída a composição do Centro Dia, para que haja uma visibilidade das informações. A  
345 Conselheira Clátia Regina Vieira entendeu que precisam que garantir a questão do acesso, porém,  
346 deve ser dado um destaque a questão do transporte e o Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu que  
347 a SNAS trouxesse, para apresentação ao Pleno, todas as orientações técnicas que estão relacionadas  
348 ao Centro Dia, sendo a mesma aprovada por meio dessa resolução e fosse retirado o Artigo 6º. A  
349 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris lembrou que, ainda que tragam as orientações  
350 técnicas detalhadas, podem amarrar as questões colocadas no debate. Os Conselheiros concordaram  
351 com a sugestão. Prosseguindo para o próximo ponto de pauta, Avaliação da Reunião  
352 Descentralizada e Ampliada do CNAS, o Presidente convidou para compor a mesa a Professora  
353 Mauriceia, Professora Ana e a Presidente do CEA de São Paulo, Sra. Rita. O Conselheiro Leovane  
354 Gregório compreendeu que é fundamental que o CNAS realize outros encontros fora de Brasília,  
355 para que haja uma aproximação maior para reformular e pensar na política de Assistência Social  
356 ligada a realidade. Postulou que houve a participações de poucos usuários e que, seria necessário  
357 pensar em uma forma de garantir a sua presença nos debates dos municípios e dos Estados. A  
358 Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de  
359 Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE, questionou qual é a importância que os CEAS  
360 estão dando para a participação dos usuários fora do seu espaço e salientou que o CEAS, sempre  
361 que houver qualquer evento, deve dar prioridade aos usuários e posteriormente aos trabalhadores. A  
362 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos ressaltou que é preciso ter clareza que, os  
363 usuários estão dentro do processo dos Conselhos, precisam explicar para além dos mesmos e

364 relatou que as oficinas tiveram uma participação muito boa. Arrazoou que a Professora Tânia Garib  
365 sugeriu levar a proposta de deliberação magna para as Conferências Municipais de que “Direito  
366 Adquirido é Direito Garantido”. A Conselheira Elisa Maciel Costa discorreu que precisam se  
367 lembrar das inclusões das populações historicamente excluídas no país nos convites para os eventos  
368 e sugeriu elaborar uma recomendação em relação a essa questão. O Presidente Fábio Moassab  
369 Bruni entendeu que a Reunião Descentralizada e Ampliada foi muito positiva e ponderou que ficou  
370 muito feliz com a organização das oficinas. Concordou com as exposições das Conselheiras sobre a  
371 participação dos usuários e agradeceu ao CEAS de São Paulo pela recepção. A Presidente do  
372 CEAS/SP, Sra. Rita, solicitou que o CNAS esteja mais próximo aos Conselhos Estaduais e desejou  
373 a todos uma boa viagem. A Professora Mauriceia parabenizou os CNAS pela elaboração do evento  
374 e compreendeu que seria interessante dar uma atenção maior a discussão do fator amazônico e a  
375 Professora Ana expressou o seu agradecimento pela oportunidade de participação e destacou que o  
376 Eixo I da Conferência Nacional deve ser publicizado, por se tratar do princípio para todas as  
377 conferências. O Presidente Fábio Moassab Bruni justificou que terá que se ausentar e se despediu de  
378 todos, passando a coordenação para a Vice-Presidente. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo  
379 Lima reforçou todo o apoio dado pelo Estado de São Paulo para realização desse evento e articulou  
380 que ficou muito feliz pelo CNAS ter conseguido elaborar o instrumental antes das Conferências  
381 Municipais. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes informou que se comprometeu, na oficina, de  
382 revisitar a resolução que trata do segmento de trabalhador e imitar uma nota com uma melhor  
383 definição do segmento do trabalhador dentro da política de Assistência. A Conselheira Carvalho de  
384 Albuquerque Maranhão expôs que a Reunião Descentralizada foi muito positiva e que, lhe  
385 preocupou a representatividade dos usuários. Propôs que, talvez, seja elaborada uma recomendação  
386 do CNAS que seja garantida a representação de todos os segmentos pelos Conselhos. A Sra. Maria  
387 das Mercês de Avelino Carvalho postulou que essa reunião teve uma grande inovação em trazer  
388 instrumental para as Conferências Municipais e agradeceu o CEAS/SP, especialmente sua  
389 Secretaria Executiva. O Conselheiro do CEAS/RS, Sr. Léo Monteiro, parabenizou a organização da  
390 reunião e a Presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, Sra. Valesca, arrazoou que, na  
391 Conferência do Rio de Janeiro, será buscada a participação efetiva dos usuários e convidou a Vice-  
392 Presidente do CNAS para estar presente nessa conferência. A Representante do Conselho Municipal  
393 do Rio de Janeiro, Sra. Alice, discorreu que é importante pensar para os próximos encontros a  
394 questão da inserção do debate sobre o orçamento e financiamento da política e solicitou apoio do

395 CNAS para que seja garantindo a realização da Conferência Estadual do Rio de Janeiro diante a  
396 situação vivida. O Representante do Fórum dos Trabalhadores, Sr. Allan, cumprimentou pela  
397 realização da Reunião Descentralizada e Ampliada e solicitou aos Conselheiros Nacionais que se  
398 debruçasse sobre a questão do número de delegados. O Sr. Jairo parabenizou pela realização do  
399 evento e o Representante do Fórum de Usuários, Sr. Daniel, lamentou a falta de participação dos  
400 usuários. O Representante da Bahia, Sr. Pedro, agradeceu pela oportunidade e solicitou que os  
401 trabalhadores e usuários tenham unidade. Finalizadas as inscrições, a Vice-Presidente Rosângela  
402 Maria Soares dos Santos passou a aprovação da pauta da 254ª Reunião Ordinária do CNAS,  
403 composta pelos seguintes itens: Dia 15/05/2017 – das 09h00 às 18h00 - Reunião da Comissão  
404 Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; das 14h00 às 18h00 – Reunião da  
405 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Dia 16/05/2017 – Reunião  
406 das Comissões Temáticas e Presidência Ampliada – das 09h00 às 16h00 – Comissão de  
407 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, Comissão de Políticas de Assistência  
408 Social, Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Comissão de Normas da  
409 Assistência Social; das 16h00 às 18h00 – Reunião da Presidência Ampliada e Comissão de Ética.  
410 Dia 17/05/2017 – Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 às 09h30 – Aprovação da Ata da 243ª  
411 Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 254ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 às 10h30 –  
412 Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
413 Conselheiros; das 10h30 às 12h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefício e  
414 Transferência de Renda; das 14h00 às 16h00 – Diálogo referente às orientações do Centro Dia; das  
415 16h00 às 18h00 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência  
416 Social. Dia 18/05/2017 – Continuação da 254ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 às 10h00 –  
417 Relato da Reunião da Presidência Ampliada; das 10h00 às 12h00 – Relato da Comissão de  
418 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 às 15h00 – Relato da Comissão de  
419 Ética; das 15h00 às 16h00 – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 16h00 às  
420 17h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 17h00  
421 às 18h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Não havendo nenhuma  
422 manifestação, a pauta foi aprovada por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** A Vice-Presidente  
423 Rosângela Maria Soares dos Santos agradeceu a presença de todos e encerrou a 253ª Reunião  
424 Ordinária do CNAS.  
425